

ANDREAU, J. *Banques et affaires dans le monde romain (IV e siècle av. J.-C – III e siècle ap. J.-C.* Paris, Editions du Seuil, 2001).

Pedro Paulo A. Funari\*

Jean Andreau, antigo membro da Escola Francesa de Roma e atual diretor de estudos da EHESS de Paris, tem se dedicado à reflexão sobre a economia romana desde a década de 1970, em particular no que se refere ao crédito e à banca. Seu estudo da vida financeira romana resultou na publicação de mais de vinte artigos e de dois livros, o primeiro deles, em 1974 (*Les affaires de Monsieur Jucundus*, Rome, École Française de Rome), dedicado ao estudo detalhado da epigrafia pompeiana ligada ao financiamento, e sua grande síntese de 1987 (*La Vie financière dans le monde romain. Les métiers de manieurs d'argent (IV e siècle av. J.-C. – III e siècle ap. J.-C.)*). Agora, este livro pode ser considerado, assim, como uma grande síntese das propostas interpretativas de Andreau sobre uma problemática a que se dedicou por décadas. Originalmente, o livro foi escrito para a coleção “Key Themes in Ancient History”, da Cambridge University Press, a convite de Paul Cartledge e Peter Garnsey. Após ter resenhado os volumes de K. Bradley (*A escravidão romana e o Novo Mundo*, Resenha de K. Bradley, “Slavery and Society at Rome”, Revista Catarinense de História 4: 171-172, 1996) e W. Nippel (Resenha de Wilfried Nippel, “Public Order in Ancient Rome”, *Horizontes*, Bragança, 16, 141-143, 1997), sobre aspectos sociais, o volume de Andreau trata de uma problemática econômica e constitui uma contribuição valiosa para a compreensão do sistema financeiro romano.

Andreau começa por estabelecer a importância da comparação entre a Antiguidade, a Idade Média e os Tempos Modernos para o estudo da econo-

---

\* Professor Doutor da UNICAMP.  
E:mail: pedrofunari@sti.com.br

mia antiga (p. 19). O autor não divide seu livro em capítulos cronológicos, mas, sim, por temas: as atividades financeiras dos notáveis (29-64), bancos e banqueiros (65-100), outras categorias de financistas (101-124), os dependentes (125-136), as tabletas de Murecine (137-152), as têsseas numulares (153-170), os juros e as taxas de juro (171-184), Roma diante dos financistas e as crises financeiras (185-204), atividade financeira do Estado romano e as cidades do Império (205-228), o problema das quantidades e as evoluções quantitativas (229-254), a vida financeira na sociedade e na economia romanas (257-282). Logo de início, da ampla gama de setores sociais, Andreau adota uma oposição entre notáveis, ou elite – incluindo na elite mesmo os grandes libertos milionários, cujos interesses últimos estavam na propriedade rural – e não notáveis, entre os quais estão os ‘homens de negócio’. O dinheiro não se define como capital, mas como parte do patrimônio.

Os banqueiros (*argentarii*) são caracterizados como verdadeiros gestores de depósitos bancários, não apenas agentes dedicados ao empréstimo. O sistema bancário (*argentaria*) não estava nas mãos da elite, mas de profissionais, por isso mesmo, de status social inferior aos grandes negociantes, libertos ou *ingenui*. Contudo, em uma sociedade em que a mobilidade social era significativa, descendentes de banqueiros podiam ascender socialmente, como no caso de Horácio, equestre filho de um *coactor argentarius*, ou de Vespasiano, cujo avô havia exercido esse mesmo ofício. Andreau justifica o estudo de um grupo social, os “homens de negócios”, categoria que os latinos nunca nomearam, defendendo o uso de conceitos analíticos que nem sempre correspondem à terminologia antiga. Opõe-se, contudo, aos colegas que se pretendem marxistas e enfatiza que as desigualdades de estatuto jurídico constituíam um freio ao livre exercício dos negócios (p. 113). Contrapõe-se, na mesma linha, àqueles que defendem a existência de companhias limitadas, como Alfons Bürge e A. di Porto. Segundo sua análise de longo curso da economia romana, a prosperidade e a atividade financeira crescentes conduziram, de forma tendencial, a uma dependência cada vez maior em relação à oligarquia fundiária (p. 248), de forma que as brilhantes realizações dos séculos estudados pelo autor são prenhes do declínio, a partir do terceiro século d.C. Procura ir além da divisão entre primitivistas e modernistas, caracterizando o mundo romano como uma sociedade de classes, mercantil, mas voltada para o consumo, não para a produção, à diferença da época moderna e capitalista.

Andreau concebe a sociedade romana como uma *koinonia*, uma comunidade caracterizada pela coesão, pelo equilíbrio (p. 15) e pela estabilidade abalada por crises que define como disfunções (p. 186), dominada por uma mentalidade aristocrática (p. 244) e pelo poder do *pater familias* (p. 265): “da documentação colhe-se a impressão de harmonia e bom funcionamento” (p. 122). O devir econômico do mundo antigo, de forma coerente, é imputado à mentalidade consumidora (257-282). Nos últimos anos, contudo, tem havido uma crescente crítica a modelos normativos, que subestimam a diversidade e as contradições sociais, assim como supervalorizam as explicações de cunho psicológico. Outra característica do volume é a contraposição, de forma explícita, do autor a muitos interlocutores, estudiosos de temas tratados no livro, dividindo a historiografia entre o que seria um amplo consenso (o modelo da sociedade estável e consumidora) e os outros, não hesitando usar o argumento da autoridade, como no caso notável da p. 61: “isto não pode ser demonstrado, mas me parece incontestável”. Contudo, no contexto historiográfico em que se insere, próximo à escola de Cambridge e aos modelos sociológicos que enfatizam a estabilidade social, Andreau apresenta um quadro que, de qualquer forma, destoa da ortodoxia weberiana dominante, ao enfatizar a mobilidade social e a variedade e amplidão das operações financeiras antigas. Contradiz, de forma explícita, Moses Finley e P. Millett, ao mostrar a importância da noção de lucro, de empréstimo remunerado e de crédito econômico (p. 259) e propõe-se a rejeitar o primitivismo dos modelos consumidores. O principal mérito do volume consiste, precisamente, em apresentar um estudo detalhado e aprofundado da vida financeira romana que não se limita a reproduzir um modelo de análise. Ainda que compartilhe de muitos pressupostos da sociologia normativa, não subordina sua análise à confirmação do modelo, mas apresenta um quadro variado e original. Trata-se, pois, de uma leitura recomendada para todos os que buscam interpretações tanto bem ancoradas na documentação quanto originais.